

firma Klabin. Extinto esse subsídio, a 1º de julho de 1961, quando da abolição do câmbio preferencial para importação de papel, correspondera, para os cofres públicos, a um dispêndio de cerca de 5,3 bilhões de cruzeiros, cinco vezes maior que todo o ativo fixo da empresa Klabin em 1957.

Essa rápida e brutal ascensão dos preços — conseqüente de política econômico-financeira vesânica, profunda e essencialmente contrária aos interesses brasileiros, porque contrária aos interesses do nosso povo — arrasou a pequena imprensa, reduziu a circulação dos jornais, entregou-os integralmente ao controle das agências estrangeiras de publicidade. Um exemplo ilustra as suas conseqüências: em 1950, surgira, em S. Paulo, a revista de cultura *Anhembi*; em 1962, cessou de circular. Seu fundador e diretor, Paulo Duarte, explicou assim essa decisão aos leitores: “Desde o aviso 204 do sr. Jânio Quadros, que recebemos com coragem por se tratar de um primeiro passo para o saneamento da moeda, até o presente momento, em que tudo ruiu, São Paulo ruiu e o próprio Brasil vai ruindo, fragorosamente, o aumento das nossas despesas foi de 800 por cento. A desvalorização vertiginosa do cruzeiro, a abolição das regalias concedidas para a importação de papel, os aumentos sucessivos do salário mínimo, cada um desses fatores determinou a cadeia sinistra da elevação de tudo, não em grau razoável, mas em proporção geométrica. Basta lembrar que o preço do papel que consumimos subiu, em oito meses apenas, de 6 para cerca de 150 cruzeiros o quilo”. Assim, a política econômico-financeira arrasava as ilusões mesmo daqueles que haviam recebido bem a Instrução 204 e acreditavam na impostura de que os aumentos de salários são a causa do aumento dos preços, até do papel importado.

Para acudir à crise da imprensa, dois projetos foram apresentados ao Congresso, em 1963. O primeiro, do deputado Maurício Goulart, em agosto, fundava-se na tese de que “não há democracia representativa sem liberdade de imprensa e não há liberdade de imprensa onde as empresas jornalísticas não tenham estabilidade econômica”. Propunha a isenção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel de imprensa, mencionando, ainda, o perigo do desaparecimento de muitos jornais, “principalmente no interior, onde a receita publicitária é diminuta, pela carência de grandes parques industriais ou importantes mercados de negócios”. O projeto visava, assim, romper o monopólio estabelecido pela empresa Klabin na produção de papel nacional, contra o qual, na justificação, fazia severas críticas. Mostrava, por outro lado, a forma como o autor encarava o problema da liberdade de imprensa: havendo papel, a publicidade resolveria tudo. O segundo projeto foi apresentado pelo senador José Ermírio de Moraes, em novembro; o